

Nº2
BOLETIM
TRIMESTRAL

ABRIL-JUNHO 2020

**OBSERVATÓRIO
DA VIOLÊNCIA
POLÍTICA E
ELEITORAL
NO BRASIL**



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UniRio
Centro de Ciências Jurídicas e Políticas - CCJP
Escola de Ciência Política - ECP
Grupo de Investigação Eleitoral - GIEL

Coordenação Geral

Felipe Borba

Cientista político e Coordenador do Grupo de Investigação Eleitoral

Equipe de Trabalho

Miguel Carnevale

Bolsista de iniciação científica, CNPq

Lívia Brito

Bolsista de iniciação científica, UniRio

Pedro Bahia

Bolsista de iniciação científica, Faperj

Projeto Gráfico

Potentia Assessoria e Consultoria Política

Financiamento

Fundo Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro - Faperj

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

O Conteúdo desse material pode ser reproduzido total ou parcialmente em qualquer forma e em qualquer meio de comunicação desde que a fonte seja devidamente citada.

Para maiores informações sobre esta publicação, acessar www.giel.uniriotec.br ou enviar correio eletrônico para guel@unirio.br

SUMÁRIO

04

APRESENTAÇÃO

05

OS NÚMEROS DA
VIOLÊNCIA

05

OS TIPOS DE
VIOLÊNCIA

07

AS VÍTIMAS DA
VIOLÊNCIA

08

OS PARTIDOS POLÍTICOS
ATINGIDOS

APRESENTAÇÃO

Na segunda edição do boletim trimestral do Observatório da Violência Política e Eleitoral, apresentamos os casos referentes ao período entre os dias primeiro de abril e 31 de junho de 2020.

Dois importantes acontecimentos marcaram o segundo trimestre de 2020. Primeiro, ele ocorreu em meio ao crescimento acentuado do número de mortes provocadas pela Covid-19, quando o total de óbitos passou de 241 para 59.534 pessoas no Brasil, de acordo com dados divulgados pelo Ministério da Saúde.

Segundo, esse período coincidiu com etapas relevantes do calendário eleitoral. O dia quatro de abril encerrou o fim do prazo legal para a filiação a novo partido com vistas às eleições municipais de 2020, a chamada janela partidária. A partir desse dia, um político sem partido não pode mais se candidatar a algum cargo eletivo nas eleições municipais deste ano.

Outra data importante foi o início da arrecadação prévia de recursos na modalidade coletiva, a chamada “vaquinha virtual”. Por essa regra, desde o dia 15 de maio os pré-candidatos podem arrecadar recursos por intermédio de entidades que promovam técnicas e serviços de financiamento coletivo por canais eletrônicos.

Embora o Congresso Nacional tenha aprovado novo calendário em virtude da Covid-19 e enviado para sanção presidencial no dia primeiro de julho, as datas do calendário anteriores à modificação, como as citadas acima, não foram alteradas.

Nesse novo número, os principais destaques relativos ao segundo semestre de 2020 são:

- 82 casos de violência foram identificados. Esse é

o maior número desde o início da coleta dos dados, em janeiro de 2019

- Quatro estados não registraram ocorrência de violência: Acre, Amazonas, Amapá e Roraima, todos da região Norte do país
- São Paulo foi o estado com o maior número de casos (14)
- Santa Catarina e Pernambuco foram os estados com os maiores números de homicídios (4 cada)
- Dois novos tipos de violências foram incluídos na relação: atentados e ameaças contra familiares de lideranças políticas.
- Aumento da violência contra pré-candidatos aos cargos de vereadores e prefeitos
- 23 partidos foram atingidos pela violência

O boletim da violência política e eleitoral é uma publicação realizada pelo Grupo de Investigação Eleitoral da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (GIEL/UNIRIO), com apoio financeiro da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

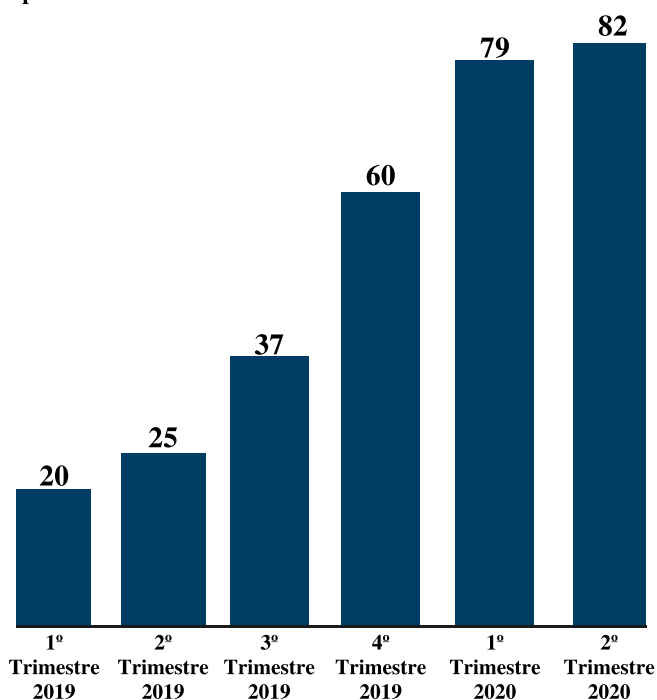
Para conhecer maiores detalhes sobre os objetivos e a metodologia do boletim, convidamos você a visitar a nossa página eletrônica no endereço giel.uniriotec.br.

Contamos novamente com a boa acolhida de nosso boletim pela comunidade científica brasileira e demais interessados. Comentários, críticas e sugestões podem ser encaminhadas para o e-mail giel@unirio.br.

OS NÚMEROS DA VIOLÊNCIA

O segundo trimestre de 2020 apresentou números semelhantes ao primeiro. Foram registrados 82 novos casos de violência contra lideranças políticas entre abril e junho de 2020. É importante mencionar que esses casos ocorreram em meio à pandemia da Covid-19, quando o fluxo de pessoas estava restrito devido à política de quarentena.

Gráfico 1: Número de casos de violência contra líderes políticos



Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral

Nesse segundo semestre, São Paulo liderou as estatísticas com 14 casos (17,1%), o dobro do registrado para Pernambuco e Rio de Janeiro (7 casos cada). Nenhuma ocorrência de violência foi registrada no Acre, Amazonas, Amapá e Roraima, todos da região Norte do país.

No acumulado dos trimestres, entre janeiro de 2019 e junho de 2020, São Paulo passou a ser a unidade da

federação com a maior incidência de violência, ultrapassando o Rio de Janeiro. Agora, São Paulo possui o total de 34 casos, contra 33 do Rio de Janeiro e 27 de Pernambuco.

Tabela 1: Violência contra lideranças políticas por Unidade da Federação (2º trimestre de 2020)

UF	Frequência	%	UF	Frequência	%
SP	14	17,1	RS	2	2,4
PE	7	8,5	TO	2	2,4
RJ	7	8,5	ES	1	1,2
PB	6	7,3	GO	1	1,2
PR	6	7,3	MA	1	1,2
AL	4	4,9	MS	1	1,2
BA	4	4,9	MT	1	1,2
DF	4	4,9	PA	1	1,2
MG	4	4,9	PI	1	1,2
SC	4	4,9	AC	0	0
SE	4	4,9	AM	0	0
RO	3	3,7	AP	0	0
CE	2	2,4	RR	0	0
RN	2	2,4	Total	82	100

Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral

OS TIPOS DE VIOLÊNCIA

As ameaças foram o principal tipo de violência contra as lideranças políticas e passaram a ser, no acumulado dos trimestres, a categoria de maior incidência, ultrapassando os homicídios. Entre maio e junho de 2020, as ameaças foram contabilizadas 31 vezes – praticamente uma a cada três dias.

Os homicídios seguem em alta e corresponderam a praticamente 26% dos casos no segundo trimestre de 2020. Em seguida aparecem as tentativas de assassinato (14,6%) e as agressões (13,4%).

Tabela 2: Tipos de violência contra Lideranças Políticas (2º trimestre de 2020)

	Frequência	%
Agressão	11	13,4
Ameaça	31	37,8
Ameaça a familiar	2	2,4
Atentado	12	14,6
Atentado a familiar	1	1,2
Homicídio	21	25,6
Homicídio de familiar	3	3,7
Sequestro	1	1,2
Sequestro de familiar	0	0,0

No período, duas novas categorias foram acrescentadas aos tipos de violência. Houve duas ameaças e um atentado contra familiares das lideranças.

Os tipos de violência variaram entre as diferentes regiões e estados. A região Nordeste concentrou praticamente a metade dos homicídios do país (46%), confirmando ser a mais violenta neste tipo de violência. Em seguida aparecem o Sudeste com 29%, Sul (21%) e Centro-Oeste (4%). Não houve homicídios na região Norte durante o segundo trimestre de 2020.

Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral

Tabela 3: Os Tipos de Violência contra Lideranças Políticas por Estados (2º trimestre de 2020)

	Agressão		Ameaça/ Ameaça familiar		Atentado/ Atentado familiar		Homicídio/ Homicídio familiar		Sequestro/ Sequestro familiar	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
AL			2	6,1	1	7,7	1	4,2		
BA	1	9,10	1	3,0	1	7,7	1	4,2		
CE					1	7,7	1	4,2		
DF			4	12,1						
ES									1	100,0
GO							1	4,2		
MA							1	4,2		
MG	1	9,10			1	7,7	2	8,3		
MS	1	9,10								
MT	1	9,10								
PA					1	7,7				
PB			5	15,2	1	7,7				
PE			3	9,1			4	16,7		
PI					1	7,7				
PR	2	18,20	4	12,1						
RJ			2	6,1	2	15,4	3	12,5		
RN							2	8,3		
RO	2	18,20	1	3,0						
RS	1	9,10					1	4,2		
SC							4	16,7		
SE			2	6,1	1	7,7	1	4,2		
SP			9	27,3	3	23,1	2	8,3		
TO	2	18,20								
Total	11	100,0	33	100,0	13	100,0	24	100,0	1	100,0

Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral

Santa Catarina chama a atenção por aparecer, junto com Pernambuco, como a unidade da federação com maior ocorrência de assassinatos no período. Rio de Janeiro, com três casos (12,5%), segue entre os primeiros estados assim como São Paulo e Rio Grande do Norte, com dois casos cada.

Dos 23 estados que tiveram algum tipo de violência no segundo trimestre de 2020, 14 não registraram mortes de lideranças ou de seus familiares. O Nordeste concentra a maior parte das ameaças com 13 casos (39,4%), na frente do Sudeste (33,3%), Centro-Oeste e Sul (12,1%, cada) e Norte (3,0%). São Paulo se destaca com nove ameaças (27,3%). Outros estados que igualmente se sobressaem são Paraíba (15,2%) e Distrito Federal (12,1%).

Os atentados aparecem como a terceira principal categoria. No segundo trimestre de 2020, houve 13 tentativas de assassinato contra lideranças políticas brasileiras. Nordeste e Sudeste lideram com seis casos cada. A região Norte registrou apenas um atentado, enquanto não se observou nenhum caso nas regiões Sul e Centro-Oeste. Essa modalidade de violência é relativamente bem distribuída entre os estados. São Paulo e Rio de Janeiro são os únicos com mais de um atentado.

As agressões acontecem nas cinco regiões, com destaque para o Norte com 36,4% delas. As regiões Sul e Centro-Oeste aparecem em seguida, deixando as regiões tradicionalmente mais violentas do Sudeste e Nordeste por último. Tocantins, Rondônia e Paraná foram os estados com o maior número de casos individuais. Houve apenas um sequestro no período, no Espírito Santo.

AS VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA

As lideranças políticas no exercício de suas funções seguem como as vítimas preferenciais, concentrando 58,6% dos episódios de violência. Com a aproximação

das eleições, os pré-candidatos passaram a ser a segunda categoria em número de ocorrências (17,1%), seguidos pelos políticos atualmente sem mandato (10,9%), funcionários da administração (8,5%) e por candidatos derrotados em outras eleições (4,8%).

Os políticos com atuação local – prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e funcionários da administração municipal – somam 42,7% dos casos de violência.

Tabela 4: Perfil Político das Vítimas (2º trimestre de 2020)

	Frequência	%
Governador	9	11
Dep. Federal	3	3,7
Dep. Estadual	5	6,1
Prefeito	8	9,8
Vice-prefeito	1	1,2
Vereador	22	26,8
Total Políticos	48	58,6
Funcionário da administração federal	1	1,2
Funcionário da administração estadual	2	2,4
Funcionário da administração municipal	4	4,9
Total Funcionários da Administração	7	8,5
Ex-governador	1	1,2
Ex-senador	1	1,2
Ex-dep. federal	1	1,2
Ex-vereador	6	7,3
Total Ex-Políticos	9	10,9
Ex-candidato presidente	1	1,2
Ex-candidato dep. estadual	1	1,2
Ex-candidato vice-prefeito	1	1,2
Ex-candidato vereador	1	1,2
Total Ex-Candidatos	4	4,8
Pré-candidato prefeito	5	6,1
Pré-candidato vereador	9	11
Total Pré-Candidatos	14	17,1
Total	82	100

Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral

No período, há nove registros de violência contra governadores. Todos esses casos se referem a ameaças

e foram identificadas no contexto das disputas pelo protagonismo no combate à Covid-19. João Dória, governador de São Paulo, protocolou sozinho seis denúncias de ameaças atribuídas a seguidores do presidente Jair Bolsonaro.

Na relação entre os cargos e o tipo de violência, chama a atenção a alta ocorrência de assassinatos contra pré-candidatos. Entre os 24 homicídios encontrados, oito ocorreram contra pré-candidatos a vereadores e três contra vereadores no exercício do mandato. Dentre estes últimos, não temos informações se tentariam ou não a reeleição. As lideranças vítimas da violência política são quase exclusivamente do sexo masculino (93,9%). Dos 77 casos encontrados, apenas 5 (6,1%) eram mulheres. Esses percentuais são iguais aos obtidos entre janeiro de 2019 e março de 2020.

Tabela 5: Perfil Social das Vítimas (2º trimestre de 2020)

	Frequência	%
Homens	77	93,9
Mulheres	5	6,1
18 a 29 anos	1	1,2
30 a 39 anos	14	17,1
40 a 49 anos	27	32,9
50 a 59 anos	16	19,5
Acima de 60 anos	16	19,5
Idade não informada	8	9,8
Ensino Fundamental	8	9,8
Ensino Médio	15	18,3
Ensino Superior	43	52,4
Escolaridade não informada	16	19,5

Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral

A média de idade das vítimas é 49,4 anos. A liderança política mais jovem tinha 24 anos e a mais velha 90 anos. Pelas faixas de idade, observa-se que a maioria dos casos se encontram entre 40 e 49 anos. Não temos informações sobre a idade de oito lideranças. A maioria das vítimas tinha o ensino superior completo ou

incompleto (52,4%), repetindo o padrão observado nos trimestres anteriores. Em seguida, aparecem as lideranças com o ensino médio completo ou incompleto (18,3%) e por último o ensino fundamental completo ou incompleto (9,8%). Não foi possível obter a escolaridade de 16 lideranças.

OS PARTIDOS POLÍTICOS ATINGIDOS

Lideranças de 21 partidos foram vítimas de violência. Os partidos considerados de centro, centro-direita e direita formaram, novamente, a maioria dos casos. Os três principais partidos atingidos são MDB com 13 lideranças (15,8%), PSDB com 10 (12,2%) e Patriota com 5 (6,1%).

Tabela 6: Filiação Partidárias das Vítimas (2º trimestre de 2020)

	Frequência	%
MDB	13	15,8
PSDB	10	12,2
Patriota	5	6,1
Podemos	4	4,9
PP	4	4,9
PSD	4	4,9
PT	4	4,9
DEM	3	3,7
PL	3	3,7
PSB	3	3,7
PSL	3	3,7
PDT	2	2,4
PSC	2	2,4
NOVO	1	1,2
PCdoB	1	1,2
PHS	1	1,2
PSOL	1	1,2
PTB	1	1,2
PV	1	1,2
Republicanos	1	1,2
SD	1	1,2
Sem Partido/Não informado	14	17,1
Total	82	100

Fonte: Observatório da Violência Política e Eleitoral

